

De como “chegar a ser gente”: etnicidade e hierarquia entre migrantes indígenas em Manaus

Jorge O. Romano*

Os efeitos do crescente processo de urbanização, que se tem manifestado nos últimos cinquenta anos com o crescimento da migração das populações rurais e das pequenas cidades para os pólos urbanos regionais de desenvolvimento industrial e comercial, também expressam-se entre os povos indígenas que mantêm contatos antigos com a sociedade nacional. A cidade de Manaus, no coração da Amazônia, é um desses pólos, apresentando durante muito tempo um dos maiores ritmos de crescimento demográfico do país, concentrando um alto fluxo de migração extra e intra-regional, incluindo populações indígenas originárias de várias nações ou grupos como, por exemplo, Tukano, Apurina, Mura, Munduruku e Sateré-Mawé¹.

Os problemas que se manifestam em Manaus, em torno dos conflitos que sofrem os migrantes indígenas, remetem-nos aos fenômenos de “etnicidade” em áreas urbanas². A etnicidade é entendida como um conceito que cobre uma gama de fenômenos relativos a comportamentos e crenças de agentes condicionados pela situação de membros de povos ou etnias inseridas em sociedades receptoras. Na dimensão da estrutura social consideram-se as etnias enquanto relações que permitem delinear grupos de identidade minoritários nas diversas situações de contato interétnico onde o conflito - latente ou manifesto - é a qualidade distintiva. Na dimensão da identidade, a etnicidade remete ao plano das representações e das manifestações ideológicas. A identidade étnica é essencialmente contrastiva. Funciona como uma espécie de “condensador ideológico” que guarda a energia das contradições, as quais são produto tanto da “linha étnica”, como também,

frequentemente, da “linha de classe”. As relações conflitivas de dominação-sujeição, que se estabelecem a partir dessas contradições, são as que, em geral, conformam e caracterizam as identidades étnicas, estigmatizando a uma delas - como acontece com a identidade de “índio” - e dignificando a outra, em nosso caso, a de “civilizado”.

Uma migração marcada pela etnicidade

A oposição “civilizados/índios” qualifica as relações das populações indígenas amazônicas com os outros segmentos da sociedade nacional, tanto em contextos rurais quanto em urbanos. Os contextos rurais caracterizam-se por contatos interétnicos seculares, organizados a partir de relações de dominação-sujeição que situam os indígenas na posição de dominados, marcando suas identidades étnicas. Estas marcas também estão presentes no próprio processo migratório.

Assim, ainda que na migração se reconheçam causas econômicas objetivas, a etnicidade recobre a forma de sua concretização. A desvalorização da vida nas aldeias - a partir tanto de juízos elaborados com a associação de oposições do tipo pobreza-aldeana/riqueza-urbana, quanto da estigmatização da identidade étnica em função da oposição civilizados/índios - apresenta-se como um motivo central da migração. Cabe ressaltar que a migração é um produto social que está além das decisões individuais. Ela forma parte das trajetórias sociais mais prováveis, dentre as possíveis, que se apresentam aos indígenas nas situa-

ções de contato interétnico.

Na migração dos Sateré-Mawé manifesta-se um predomínio - tanto na sua forma grupal como individual - do deslocamento direto das aldeias para Manaus, sem residências intermediárias em outras cidades menores. A migração grupal direta apresenta uma variedade na composição dos grupos, predominando os constituídos por casais. No caso das formas individuais, cabe ressaltar que, muitas vezes, implicam numa forma velada ou mediatizada de migração grupal. Isto é, um membro de um grupo doméstico começa a migração indo para Manaus na busca de condições para a instalação do grupo na sua totalidade. *A posteriori* migram para a cidade os demais membros, individualmente ou grupalmente. Assim, a maioria dos migrantes estão vinculados a outros Sateré-Mawé já radicados na cidade, em geral parentes, membros anteriores ou futuros do mesmo grupo doméstico, o qual funciona, junto com o apoio tribal, como uma ajuda importante no processo de migração. No que se refere ao número total de migrantes, existe um predomínio absoluto de indivíduos menores de 30 anos, com leve preponderância do sexo masculino. Isto é, o fluxo principal da população é potencialmente ativo para o trabalho.

O processo migratório culmina, independentemente das expectativas pessoais, com a marginalização dos indígenas, ou no melhor dos casos, com sua inserção na nova estrutura econômica das cidades como proletários e subproletários (situação que compartilham com os habitantes da periferia, a maior parte, migrantes “não-índios” do interior da Amazônia). Assim, ainda que a saída das aldeias seja um evento estruturalmente previsível, o desconhecimento da

“verdade objetiva” da migração, por parte dos agentes, é imprescindível para que o processo continue se reproduzindo.

A instalação na cidade também está marcada por vínculos étnicos, como se exemplifica no fato dos migrantes deslocarem-se entre as casas de parentes ou de pessoas do mesmo grupo - construindo-se verdadeiros “caminhos dentro da cidade” - até constituírem uma residência mais estável. A maioria dos migrantes, pelo menos inicialmente, inserem-se nos grupos domésticos citadinos como “agregados”. A figura do “agregado” é uma “síndrome da urbanização”³, já que nas aldeias há uma tendência de que as famílias extensas se transformem em famílias elementais, não aparecendo as famílias com agregados. O apoio do grupo doméstico e a solidariedade tribal também são fundamentais na obtenção de empregos. Os trabalhos masculinos mais frequentes são servente de pedreiro, vendedor ambulante e operário, enquanto entre as mulheres predominam empregada doméstica, lavadeira e operária, tendo um marcado crescimento da prostituição. A rotatividade nos empregos é alta.

O apoio étnico na procura dos trabalhos, a difícil adaptação a ocupações totalmente diferentes às exercidas nas aldeias, os problemas de documentação vinculados a sua condição jurídica de minoridade enquanto índios, são elementos que remarcam a influência da etnicidade também na inserção laboral e, em especial, na rotatividade que a caracteriza.

De como “chegar a ser gente”

A oposição “civilizados/índios” possui uma eficácia ideológica e tem o poder de fazer-se crer e impor-se naturalmente também em contextos urbano-industriais, onde o conflito típico é o de classe e não o étnico. Com o objetivo de “chegar a ser gente”, existe entre os migrantes uma constante preocupação de aprender o “código do civilizado” para poder viver sua vida urbana. Isto é, obter os documentos, aprender a língua portuguesa, reeducar seu corpo e suas atitudes, estudar e obter uma profissão para “melhorar a vida” na cidade. Este processo de aprendizagem é visualizado como uma dupla passagem que lhes permitiria superar tanto a linha étnica quanto a linha de classe,

colocando-os no “caminho do progresso”. A primeira passagem busca diluir os diacríticos marcantes da condição indígena, para se transformarem em civilizados. A segunda - assumida junto a seus vizinhos “civilizados”, também pobres e marginalizados - implica na ilusão da ascensão social pelo esforço pessoal através da educação, a qual os capacitaria para o domínio do código urbano e os habilitaria na obtenção duma profissão. Todos esses elementos, que supostamente permitiriam realizar ambas as passagens, adquirem uma enorme “eficácia simbólica”.

O estranhamento dos indígenas que chegam à cidade grande é profundo. O desconhecimento do código urbano-civilizado apresenta-se concretamente nas dificuldades de obterem “os documentos”, requisitos legais de habilitação, para poderem viver como indivíduos plenos na cidade. A construção de uma nova identidade é duplamente difícil, não só porque os conteúdos da mesma são estranhos, mas também porque a maneira de formalizá-la - por exemplo, através de procedimentos burocráticos - é alheia a seus esquemas de pensamento. Possuir os documentos significa o reconhecimento legal do seu status de pessoa no novo mundo, com os benefícios do ponto de vista trabalhista. Os documentos adquirem um poder quase mágico.

O domínio da língua também é visualizado como um componente fundamental na diluição da linha étnica, permitindo fugir do preconceito que se atualiza quando, em situações públicas, pratica-se a “gíria” (forma depreciativa de nominar a língua originária). A “gíria” já não tem sentido no novo projeto de vida. Pelo contrário, integrar-se no preconceituoso “mundo civilizado” implica na necessidade de dissolver os diacríticos étnicos que denunciam a condição de índio. Os jovens são, justamente, os que mais criticam a conservação da “gíria”. Há uma associação direta entre língua e vida. A “gíria” remete a um tipo de existência que não é considerada mais como “vida de homem”: viver, agora, é falar e agir como civilizado.

No processo de incorporação das regras do jogo, a escolarização e a formação profissional são aceitas enquanto meios que possibilitam o acesso ao “mundo civilizado” - diluindo a condição de “outro”, de ser “índio” - e enquanto mecanismos de progres-

so, para “ascender na vida”. Assim, a crença na eficácia da escola e da profissão funde a ilusão da transposição da linha étnica com a ilusão da superação da situação de classe. Tendo como ponto de partida a aceitação do preconceito expresso na associação “condição de índio/trabalho pesado”, a resolução dos conflitos - através do esforço individual - pelo estudo e profissionalização é construída como a única forma de superação da sua dupla condição de dominado.

A presença simbólica do índio na cidade: uma questão de hierarquia.

Em Manaus junto com essa presença, concreta e física, de indígenas originários de diferentes etnias, que através da migração procuram “virar gente”, manifesta-se uma presença simbólica dos índios nos discursos dos moradores da cidade e, em geral, dos meios massivos de comunicação. Estes discursos reproduzem e difundem um conjunto de estereótipos sobre os índios altamente preconceituosos.

Esta presença simbólica do índio na cidade, que se remete também à oposição “civilizados/índios”, condiciona a conduta dos agentes, reatualizando a linha étnica sobre a linha de classe. Os estereótipos do índio manifestam-se nos diferentes âmbitos da vida cotidiana dos migrantes indígenas: no bairro, no trabalho, nas paróquias, nas escolas e nas demais instituições governamentais. Esta presença simbólica manifesta-se a despeito da existência física do índio na cidade, ou melhor dizendo, da importância econômica e política das relações entre a população “civilizada” e a população “indígena” em Manaus.

A partir, principalmente, dessa presença simbólica conformam-se as relações de dominação étnica que condicionam a situação dos migrantes indígenas na cidade. Estas relações instrumentalizam-se através do preconceito e da discriminação presentes nas situações etnitizáveis, estando caracterizadas essencialmente pela implementação da violência simbólica⁴.

Essa violência, por exemplo, expressa-se nos discursos dominantes regionais. Nelas apresenta-se uma falta de opções simbólicas para o índio que, dentro do mundo

civilizado, pretenda ser um sujeito ativo, não assumindo as características de domesticação impostas pelo "processo civilizatório". Não há espaço no mundo civilizado para o índio que não renega a sua indianidade, ou que reclama pelos seus direitos. Quando os dominados transgridem espaços ou agem de forma diferente daquela atribuída aos diversos "estados do índio" - isto é, "índio civilizado", "índio manso", "índio bravo" - produzem-se reações indignadas, carregadas de preconceito. Entre os moradores "civilizados" dos bairros periféricos, por exemplo, encontram-se essas reações quando se lhes apresenta a possível existência de índios trabalhando na ocupação melhores, cursando universidade, orando para outros fiéis nas igrejas ou fazendo denúncias sobre sua situação às autoridades governamentais ou eclesiásticas. Aliás, o protesto dos indígenas é uma das atitudes que mais indignação provoca, já que a não reação - ou a aceitação passiva - é o único meio que o "juízo da comunidade" regional tolera para resolver as situações de discriminação.

Mais do que uma competição estrita por recursos econômicos, sociais ou políticos, o que está em jogo nessas relações simbólicas são questões de hierarquia social. Os discursos do Estado e da maioria das entidades representativas da sociedade concebem a própria sociedade brasileira como igualitária, na qual todos os homens são iguais e idênticos em sua humanidade, ressaltando a miscigenação de raças como um componente básico da identidade nacional. Mas, estes princípios igualitários não se aplicam às relações concretas que os diferentes segmentos locais e regionais dessa sociedade estabelecem no cotidiano com os indivíduos originários dos grupos indígenas. Isto é, nas relações interétnicas que se estabelecem, por exemplo, nos bairros periféricos de Manaus, reina a desigualdade, existindo "humanidades diversas" que delimitam as identidades de "civilizado" e de "índio". A diferença entre elas corresponde à ordem natural, é inquestionável e não é percebida como produto de condições históricas e sociais. Uma das humanidades é plena e inata: a do "civilizado". A outra é uma humanidade que os "índios" têm que adquirir e que se obteria - ilusoriamente - ao transitar pelo caminho que os migrantes fazem do "mundo selvagem" até o "mundo civilizado", do "mato" à "cidade". É uma humanidade que

pode ser adquirida mas que sempre será incompleta, uma quase-humanidade. Essa natureza diferente das humanidades transforma-se no princípio mesmo da hierarquia, fazendo que a oposição "superior/inferior" - essencial à hierarquia - confundam-se com a oposição "civilizados/índios".

Dumont alerta para os perigos que advêm quando numa sociedade igualitária se reafirmam diferenças de natureza e de status entre as comunidades⁵. No caso que estamos considerando, os indígenas passam a existir num limiar quase permanente, já que o preconceito e a discriminação fazem-se presentes nos diferentes âmbitos da vida cotidiana dos migrantes. Sendo a condição indígena um estigma⁶, sua trajetória social está condicionada pela desvalorização originária, reatualizada nas relações de dominação impostas em seus vínculos com os "civilizados" urbanos. A resposta generalizada dos migrantes restringe-se ao nível individual: tentar, todas as vezes possíveis, manipular a identidade étnica.

As diferenças produzidas pela atualização do princípio de hierarquia são vivenciadas como inscritas na própria natureza dos agentes que elas separam e como logicamente anteriores ao princípio do qual são produto. As distinções que resultam, e que são aceitas por todos como evidentes, encobrem outras divisões sociais. A unificação simbólica de agentes de diferentes classes sociais que a identidade de "civilizados" estabelece, dilui as contradições, favorecendo a coesão da sociedade regional.

Esta unificação tem um duplo significado para os colegas de trabalho e vizinhos "civilizados" dos migrantes indígenas, os quais, como proletários e subproletários, conformam os principais setores estruturalmente dominados em Manaus. Por um lado, brinda-lhes a ilusão de compartilhar, simbolicamente, dos atributos dos setores dominantes - por uma sorte de transmissão mágica por contigüidade - permitindo-lhes viver a associação aparente do "nós-civilizados". Por outro, a recriação da categoria "índio" resgata estes vizinhos e colegas de trabalho - proletários e subproletários - do nível mais baixo de valorização social. Os "índios" como um todo ocupam no imaginário social legitimado uma posição inferior a qualquer "civilizado", independentemente do nível social ou econômico que, individualmente, tenham alcançado. Assim, esses trabalhado-

res urbanos, através das relações simbólicas étnicas de dominação, procuram apropriarse de um capital social que lhes permita compensar a desapropriação e a violência que sofrem como resultado de suas posições no sistema de classes. A violência da dominação estrutural que se exerce sobre os trabalhadores é reproduzida - ou transformada - por eles numa violência física e, sobretudo, simbólica que manifestam sobre os migrantes indígenas, paradoxalmente, seus pares de classe.

Sintetizando, ainda que para os indígenas a migração para Manaus signifique a quebra das antigas relações de dominação-sujeição que caracterizam a situação de contato nas aldeias, a presença das relações simbólicas étnicas no contexto urbano manauara favorece a reatualização negativa da etnicidade. Nos processos de proletarianização e de marginalização que os migrantes indígenas sofrem na sua inserção na cidade, a etnicidade particulariza e problematiza ainda mais as diferenciações sociais, enquanto um horizonte que está presente na vida dos agentes, orientando peculiarmente seus movimentos e suas interações num espaço social estigmatizado.

* Jorge O. Romano é antropólogo, professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

NOTAS

1. As considerações tecidas neste artigo têm como ponto de partida o estudo da migração dos Sateré-Mawé para Manaus. Ver: Romano, Jorge O. "Índios proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos", Brasília, Universidade de Brasília, 1982.
2. "Étnico", "etnia" e "eticidade" são conceitos utilizados amplamente em trabalhos de antropólogos na América do Norte e na África. (Ver, por exemplo, Cohen, Abner (ed): *Urban Ethnicity*. London, ASA 12, Tavistock Publications, 1974). No Brasil um conjunto de pesquisadores procurou desde os anos 60 desenvolver a análise das "relações interétnicas" partindo da caracterização da "situação de contato interétnico". Entre eles destacam-se: Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia, Roberto da Matta, João Pacheco de Oliveira, Alcida R. Ramos e, principalmente, Roberto Cardoso de Oliveira, com suas obras clássicas "Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes". Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968 e "O índio e o mundo dos brancos", São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.
3. Cardoso de Oliveira, Roberto: "Urbanização e tribalismo...".
4. Bourdieu, Pierre: "O poder simbólico". Rio de Janeiro, Difel - Bertrand Brasil, 1989.
5. Dumont, Louis: "Homo hierarchicus". Paris, Gallimard, 1966.
6. Goffman, Erving: "Stigma: notes on the management of spoiled identity". New Jersey, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1963.